

RELAÇÕES DA CIA COM ATORES POLÍTICOS BRASILEIROS NO CONTEXTO DE CRISE DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

*CIA relations with brazilian political agents in
the context of crisis of João Goulart government
(1961-1964)*

Vicente Gil da Silva¹

Laura Maria Loss Schwarz²

RESUMO

Este artigo apresenta algumas das relações estabelecidas entre oficiais da *Central Intelligence Agency* (CIA) e atores políticos brasileiros na conjuntura de crise do governo de João Goulart (1961-1964). Seu foco é a identificação das conexões de representantes da agência norte-americana com indivíduos ou grupos brasileiros que estiveram envolvidos em iniciativas golpistas, a partir da análise de documentos disponíveis em acervos públicos e particulares nos Estados Unidos. Pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento sobre a extensão da participação dos agentes do governo estadunidense no golpe de 1964, apresentando informações inéditas ou pouco exploradas pela historiografia.

Palavras-chave: CIA; golpe de 1964; ações encobertas.

ABSTRACT

The article presents some of the relations established by officers of the Central Intelligence Agency (CIA) with Brazilian political agents during the crisis of João Goulart's government (1961-1964). The focus is to identify these connections with Brazilian individuals or groups who were involved in coup initiatives, based on US public and private archives. The aim is to contribute to the advancement of knowledge about the participation of the United States in the 1964 coup, presenting unpublished information or little explored by historiography.

Keywords: CIA; 1964 coup in Brazil; covert actions.

¹ Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: vicentegil@irid.ufrj.br.

² Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail:

Introdução

Os diferentes tipos de operações encobertas executadas pelos agentes do governo estadunidense nas décadas de 1950 e 1960 – em países da América Latina, África, Ásia, Oceania e Europa – foram descritos por Harry A. Rositzke em seu livro de memórias. Rositzke foi um oficial do alto escalão da *Central Intelligence Agency* (CIA), considerado um mestre em seu ofício. Aposentou-se em 1970 como diretor da unidade da CIA que era responsável pelas operações contra a União Soviética. Na mencionada obra, ele afirma que a maior parte das ações executadas pela agência até o final da década de 1960 haviam sido “benignas”. Isto significava que eram ações de apoio a “um regime amigo contra ameaças internas à sua estabilidade”. Como exceções dignas de destaque, o oficial aposentado da CIA selecionou os exemplos da Guatemala e do Brasil: “em alguns casos, como no Brasil sob João Goulart e na Guatemala sob Árbenz, as operações da CIA foram estritamente subversivas – para destituir o governo no poder” (ROSITZKE, 2019, p. 190).

O envolvimento da CIA nas ações que resultaram no golpe de 1964 no Brasil também foi apontado por Philip Agee, um outro oficial de carreira da agência. Diferentemente de Rositzke, Agee não permaneceu na CIA até sua aposentadoria. Ele se desligou da agência na década de 1970, após ter trabalhado em diferentes países da América Latina, passando a denunciar várias das atividades subversivas promovidas pelo governo norte-americano nessa região. De acordo com Agee (1975, p. 366), que atuava na estação da CIA de Montevidéu na época em que ocorreu o golpe contra o governo João Goulart, a queda do presidente brasileiro provocou uma “euforia em Washington”, “depois que dois anos e meio de operações (destinadas a evitar que o Brasil descambasse para a esquerda com Goulart) frutificaram auspiciosamente”.

Apesar dessas afirmações contundentes dos oficiais da CIA, os arquivos operacionais da agência³ referentes a sua atuação no Brasil, os

3 De acordo com Agee (1976, p. 48), tratam-se de fontes que documentam “problemas de segurança, cobertura sigilosa, finanças, o acesso do agente ao objetivo, níveis de produção (mas não os fatos em si), propostas para novos recrutamentos ou encerramento da operação, equipamentos exigidos, motivações dos agentes e qualquer outra ocorrência que afete a operação”.

quais poderiam elucidar os tipos e níveis de interferência que ela promoveu nas relações sociais e políticas brasileiras naquele período, continuam inacessíveis à pesquisa. Na passagem dos 30 anos do golpe de 1964, o historiador Peter Kornbluh, líder do projeto *National Security Archive*, ligado à George Washington University, nos Estados Unidos^{s4}, destacou o fato de que, embora fosse de conhecimento público o envolvimento da CIA na articulação para a derrubada do presidente brasileiro, os documentos que poderiam comprová-lo permaneciam confidenciais e indisponíveis. Em vista disso, Kornbluh solicitou à agência que “levantasse o véu do sigilo de um dos episódios mais importantes da intervenção dos Estados Unidos na história da América Latina”, tornando públicos os registros das operações da CIA no Brasil em sua totalidade (KORNBLUH, 2004).

Alguns documentos operacionais da CIA referentes a suas intervenções na Guatemala, Chile, Cuba e Guiana Britânica – assim como sobre as operações realizadas em países de outros continentes, com destaque para Vietnã e Itália – já foram publicados pelo governo norte-americano nas últimas décadas. Esses documentos são uma importante fonte de informação sobre o perfil de atuação da CIA e trazem inúmeros exemplos de estratégias de intervenção nos assuntos internos desses países, muitas das quais seriam consideradas ilegais à luz do direito internacional. No caso da América Latina, essas ações foram analisadas por Rabe (2005, 2016), Kornbluh (2013), Cullather (2006) e Grandin (2004).

A partir da análise desse perfil de atuação clandestina da agência norte-americana, é possível inferir que os documentos referentes às operações da CIA no Brasil guardam informações que poderiam comprovar uma série de tentativas de ingerências externas na conjuntura política nacional. Imaginar que, em um contexto de intensa atuação intervencora da CIA em todos os continentes, a agência estaria apenas observando com distanciamento os desdobramentos da crise política brasileira, parece-nos uma atitude extremamente equivocada. A ausência de provas documentais oficiais – retidas pela própria CIA em seus arquivos secretos – não equivale

4 Entre outras iniciativas, o projeto *National Security Archive* divulga e analisa arquivos governamentais norte-americanos relacionados às ditaduras do Conesul. Esses documentos ajudam a esclarecer o impacto das operações secretas norte-americanas na mobilização para os golpes de Estado e o apoio aos regimes militares instalados na região entre os anos 1960 e 1980.

a uma ausência de indícios e também não pode, por si só, sustentar a afirmação de que nenhuma ingerência externa significativa teria ocorrido no Brasil pré-golpe.

Motta (2021) destaca que uma das dificuldades encontradas no estudo de operações clandestinas está relacionada à escassez de “registros documentais sobre a atuação da espionagem e das ações encobertas norte-americanas no Brasil”, apontando que “a maior parte das informações disponíveis ao público foi produzida por diplomatas e constitui material de caráter menos secreto, uma vez que trata de ações legais” (MOTTA, 2021, p. 71-72). Como afirmaram Green e Jones (2009, p. 71), “ainda há muito a esclarecer sobre o envolvimento norte-americano no golpe”, persistindo “uma nuvem cinzenta que encobre os estudos sobre o assunto”. Na historiografia que analisa as relações entre Estados Unidos e Brasil, as menções à participação da CIA na mobilização que levou à derrubada do governo Goulart continuam escassas. Embora diversos livros e artigos relacionados a esses temas tenham sido publicados nos últimos dez anos⁵, nenhum deles tinha como foco apresentar informações sobre as atividades clandestinas da CIA no Brasil. Algumas possíveis ações da CIA foram mencionadas nas obras clássicas de Dreifuss (1981) e Bandeira (1978; 2010). Posteriormente, Motta (2021) e Starling (2024) foram dois dos poucos autores a indicarem a possível existência de operações da CIA no Brasil.

Neste artigo, buscamos contribuir com a historiografia sobre o golpe de 1964, apresentando informações sobre atividades provavelmente realizadas ou apoiadas pela agência de inteligência norte-americana no Brasil, as quais foram reunidas a partir da análise de diversas fontes oficiais e privadas, com diferentes níveis de classificação de sigilo, disponíveis em arquivos dos Estados Unidos. A busca por informações sobre as ações da CIA é justificada pela relevância da agência na formulação e execução da política exterior norte-americana daquele período, que buscamos apresentar a seguir. A lógica geral de operações encobertas da CIA será apresentada na primeira seção deste artigo, com ênfase em algumas das especificidades de sua atuação na América Latina. Na segunda seção são identificados alguns dos oficiais da CIA que atuaram no Brasil, destacando-se suas relações com

5 Para citar alguns exemplos, Loureiro (2020), Spohr (2020), Spektor (2018), Pereira (2016) e Fico (2014).

grupos civis brasileiros. Por fim, a terceira seção identifica a aproximação da agência com militares brasileiros.

A CIA na América Latina

A CIA foi criada entre os anos de 1947 e 1948 com a função de coordenar as atividades encobertas do governo norte-americano no exterior. A supervisão das ações executadas pela agência ficou a cargo do *National Security Council* (NSC), órgão decisório máximo da política externa norte-americana. Em junho de 1948, a instrução 10/2 do NSC definiu os tipos de operações que a CIA estava autorizada a executar contra grupos ou Estados estrangeiros considerados “hostis” aos interesses norte-americanos. Tais ações deveriam ser conduzidas de modo a esconder que se tratavam de iniciativas patrocinadas ou realizadas diretamente pelos Estados Unidos. Ou seja, deviam assegurar a possibilidade de uma “negação plausível” (*plausible denial*) do envolvimento do governo norte-americano em operações de propaganda, guerra econômica, ação direta preventiva (incluindo sabotagem e antissabotagem, demolições e medidas de evacuação), subversão contra Estados hostis (incluindo assistência a movimentos de resistência clandestinos, guerrilhas e grupos de refugiados) e apoio a elementos anticomunistas nacionais de “países ameaçados do mundo livre”(CIA, 18/06/1948).

No ano seguinte, uma outra instrução fundamental para as operações da CIA foi aprovada, desta vez pelo Senado norte-americano. Ela permitia que a agência operasse a partir de mecanismos administrativos e fiscais confidenciais, isentando-a de regulações a que todas as outras agências governamentais estavam submetidas. A CIA estava autorizada a evitar a divulgação de suas fontes e recursos de inteligência, assim como a sua estrutura organizativa interna, sua lógica de funcionamento, funções, nomes, títulos oficiais e salários de seus funcionários. A agência também não se via obrigada a prestar contas sobre os seus gastos e operações para o Congresso norte-americano, além de diversas outras prerrogativas exclusivas (CIA Act, 1949).

Em dezembro de 1955, o *National Security Council* ampliou os objetivos das operações previstas na NSC 10/2 de 1948, aprovando a instrução NSC 5412/2. Entre as finalidades acrescidas, estavam as seguintes: colocar em descrédito a reputação e a ideologia do comunismo internacional e reduzir a força dos partidos e outras organizações que a ele estivessem integrados; conter qualquer ameaça de chegada ao poder, em um país do “mundo livre”, de partidos ou indivíduos que fossem tanto direta quanto indiretamente suscetíveis ao controle comunista; reduzir o controle do comunismo internacional sobre quaisquer áreas do mundo e fortalecer a orientação pró-Estados Unidos dos povos e nações do mundo livre, ampliando a sua capacidade e vontade de resistir ao comunismo internacional (NSC 5412). Conforme Prados (2006, p. 189) essa nova instrução “deu aos guerreiros secretos a mais ampla licença possível para a sua atuação”, abrangendo “um universo de possibilidades” para as ações encobertas, o qual seria explorado pela CIA nos quinze anos seguintes, enquanto teve vigência a mencionada normativa.

A importância das operações encobertas como instrumento de intervenção norte-americana em países estrangeiros consolidou-se gradativamente ao longo do final dos anos 1940 e da década de 1950. Dois historiadores (SLANY, 1996; SUSSER, 2007) contratados pelo Departamento de Estado para organizar dois volumes da coleção oficial *Foreign Relations of United States* destacaram a crescente valorização no período das atividades de inteligência, a cargo da CIA, a partir do governo Harry S. Truman (1945-1953), mas especialmente nos dois mandatos de Dwight D. Eisenhower (1953-1961). Embora algumas ações encobertas da CIA executadas entre os anos 1940 e 1960 tenham sido analisadas em detalhes por diversos historiadores anglo-saxões⁶, ainda pouco se sabe sobre as particularidades da atuação da agência na América Latina – exceto nos casos da Guatemala, Guiana Britânica, Cuba e Chile⁷. E, como já mencionado anteriormente, quase nada é conhecido sobre as ações executadas no Brasil, embora a agência tenha

6 A exemplo dos 85 livros da coleção *Studies in intelligence*, organizada por R. J. Aldrich, C. Hillerman e C. Andrew e publicada pela editora britânica Routledge.

7 A CIA publicou volumes sobre a história da atuação da agência em alguns continentes a partir da trajetória de alguns de seus principais diretores. Mas o volume sobre a história da Divisão de Hemisfério Ocidental segue incompleto, com inúmeras páginas censuradas, e até o momento não publicou nenhum histórico sobre J. C. King, o diretor da referida divisão por mais de uma década.

dedicado “uma atenção significativa” à região nos anos subsequentes à sua criação (BECKER, 2020, p. 2).

Apesar da dificuldade de acesso à documentação oficial, é possível identificar algumas das particularidades das ações da CIA na América Latina entre os anos 1950 e 1960, especialmente a partir da biografia de alguns agentes que atuaram na região. Entre essas trajetórias, merece destaque a de Joseph Caldwell King, diretor da divisão de Hemisfério Ocidental da CIA – responsável pelas ações da agência no continente americano – entre 1952 e 1964. King nasceu em Nova Jersey em outubro de 1900 e era filho de um empresário da indústria farmacêutica. De acordo com um *curriculum vitae* escrito por ele próprio em 1942, de 1918 a 1923 King estudou na academia militar de West Point, em Nova York. Ele viria a ser conhecido, em sua longa trajetória na CIA – na verdade, trata-se do diretor mais longevo da história da agência – como coronel J. C. King. Entre 1925 e 1927, fez diversas viagens à Europa, Oriente e México, para estudar idiomas, uma experiência que lhe permitiu aprender a falar fluentemente espanhol, russo e alemão. King trabalhou por um ano na empresa de seu pai, a King Chemical Co. em Nova Jersey, como vice-presidente e gerente geral. Em 1930, ele foi contratado pela Johnson & Johnson para ser o chefe do departamento da empresa para a América Latina, trabalhando em sua sede nos Estados Unidos. Um ano depois, foi enviado a Buenos Aires como representante especial da empresa, onde permaneceu até 1932. Em 1933, tornou-se representante especial da gigante do setor farmacêutico no Brasil. A partir de 1934, ele foi promovido a vice-presidente da Johnson & Johnson da Argentina, desempenhando simultaneamente o mesmo cargo no Brasil. Em 1937, tornou-se presidente da mesma companhia da Argentina e do Brasil (SILVA, 2020, p. 146-148).

J. C. King mudou-se para o Brasil com a esposa e filhos em 1932, representando a Johnson & Johnson. Em São Paulo, frequentou reuniões do Rotary Club, das quais também participavam diversos empresários paulistas. Durante as décadas de 1930 e 1940, além de viajar com frequência a Buenos Aires, King conheceu diversos pontos do território brasileiro – seu nome aparece em algumas listas de passageiros de companhias aéreas que eram então publicadas em jornais. A partir de 1942, durante a guerra, King prestou serviços como consultor não remunerado junto ao *Office of*

the Coordinator for Inter-American Affairs (OCIAA) no Brasil, chefiado por Nelson Rockefeller, com o qual desenvolveu uma relação próxima. No Brasil, realizou viagens pela Amazônia, encarregado de elaborar um relatório sobre a região para o OCIAA, tendo sido reconhecido como alguém que a “conhecia como poucos”. Entre 1943 e 1946, trabalhou em atividades secretas de inteligência junto ao adido militar na embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires (SILVA, 2020, p. 146-148).

Durante o seu período como diretor da Johnson & Johnson, King viajou para diversos países da América Latina. É interessante destacar que King permaneceu vinculado à Jonhson & Jonhson do Brasil – com endereço residencial em São Paulo, em um apartamento do quinto andar da Rua Santa Isabel, 290, na Vila Buarque – pelo menos até o início de 1950, quando seu nome ainda aparecia como diretor conselheiro da empresa, conforme registros do Diário Oficial do Estado de São Paulo. Exemplo de sua proximidade com a elite empresarial paulista, por exemplo, foi a relação estabelecida com Paulo Álvaro de Assumpção⁸, um dos diretores da Johnson & Johnson do Brasil, que dedicou a King uma mensagem elogiosa quando de sua despedida do Brasil (*Silva, Id.*).

Depois dessa longa e rica experiência na América Latina, J. C. King ingressou na CIA, entre 1950 e 1951. Um ano depois, tornou-se chefe da Divisão de Hemisfério Ocidental da agência, aos 52 anos de idade. De acordo com um de seus mais importantes subordinados na CIA (PHILLIPS, 1977, p. 60), King havia acumulado uma fortuna antes de ingressar na agência. E, conforme um especialista no tema, era um homem que conhecia a América Latina como poucos (GROSE, 1994, p. 373). Cabe indagar quais teriam sido as relações que King manteve no Brasil depois de ingressar na CIA e se elas abriram portas para as ações da agência no país. Embora não seja possível responder conclusivamente a estas perguntas, é razoável supor que a rede de relações de agentes públicos e privados dos países onde King morou e trabalhou representando os interesses de sua empresa certamente não deve ter sido desprezada como possível recurso a ser utilizado ou influenciado

⁸ Jurista, médico e empresário do ramo têxtil, um dos fundadores da Confederação Industrial do Brasil (CIB) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) entre 1934 e 1937, na qual também exerceu outras funções diretivas ao longo da década de 1940 (DHBB).

pela agência. Suas credenciais como coronel do exército norte-americano, assim como sua experiência em atividades de inteligência militar durante a Segunda Guerra Mundial na Argentina, também podem ter contribuído para a construção de relações próximas com lideranças das forças armadas latino-americanas.

Embora as fontes que poderiam esclarecer a atuação de King e da CIA na América Latina permaneçam indisponíveis ao público, há indícios sugerindo que uma parte considerável das operações da agência na região tiveram como ponto de apoio os empresários norte-americanos e seus associados locais, assim como militares latino-americanos. Grose (1996, p. 373), afirma que King construiu, ao longo de sua trajetória na CIA e antes dela, “uma formidável presença entre ditadores, generais e empresários expatriados da América Latina”. E. Howard Hunt, importante oficial da CIA que trabalhou a maior parte de sua vida na América Latina, também buscava relações com esses grupos. De acordo com o que descreveu em sua autobiografia, após chegar à Cidade do México para trabalhar como chefe da estação local da CIA, Hunt conseguiu criar um “grande grupo de informantes e agentes em um período de tempo relativamente curto” a partir de contatos com empresários mexicanos e norte-americanos (HUNT, 2007, p. 98).

Holland (2005, p. 38) aponta a importância de “recursos privados” na elaboração e execução da política externa dos Estados Unidos, tomando como exemplo as operações da CIA na preparação do golpe de 1954 na Guatemala e referindo-se às conexões da CIA com um rico empresário norte-americano – William D. Pawley, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1946 e 1948 –, “inclusive no fornecimento de aeronaves para as forças anti-Árbenz”. A influência de interesses privados na política externa norte-americana é um debate que vem sendo realizado há algumas décadas, e não há espaço neste artigo para uma análise crítica sobre os seus pressupostos metodológicos, que geralmente encaram os “interesses corporativos” como se fossem um corpo estranho que não deveria fazer parte da política exterior de um país, ou da política em geral, quase como se

fosse uma anomalia ou um paradoxo⁹. O que importa destacar é o reconhecimento de pesquisadores contemporâneos corroborando a tese de que os empresários foram uma base de apoio fundamental para operações da CIA na América Latina, independentemente do fato de estas ações terem obtido ou não os resultados almejados. Assim, Marshall (2023), Moulton (2023) e Livingston (2024) apontam vários elementos sobre as operações da CIA na Guatemala apoiadas por empresários locais e norte-americanos, tratando do caso da *United Fruit Company* e da indústria de café (MARSHALL, 2023; MOULTON, 2023; LIVINGSTON, 2024).

Outro exemplo ilustrativo da relação próxima entre empresários e o trabalho da CIA na América Latina é o depoimento de Joseph B. Smith, um oficial que ocupou funções importantes nos serviços clandestinos da CIA entre os anos 1950 e 1960. Ele escreveu em suas memórias ter ouvido o seguinte relato de um colega, então chefe da seção de propaganda da equipe de ações encobertas, quando esta organizava operações contra Cuba no início dos anos 1960:

A primeira coisa que você precisa entender [...] é a natureza particular da nossa Divisão de Hemisfério Ocidental [da CIA]. O coronel J. C. King, chefe da divisão, destaca-se por ter sido o único chefe de divisão nos serviços clandestinos que se manteve nessa função desde que este setor da CIA foi criado. A razão disso é o caráter particular de nossa relação com a América Latina. Tenho de admitir que se trata da única área do mundo onde, por mais que eu odeie reconhecer isso, a alegação da propaganda comunista de que os Estados Unidos é um poder imperialista explorador não pode ser facilmente negada. As empresas norte-americanas têm enormes investimentos na América Latina, e a política do governo dos Estados Unidos parece ser a de que a proteção desses interesses deve guiar todas as nossas ações na América Latina. O coronel King foi adido militar em Buenos Aires durante a guerra e ele tem muitas relações na região. Entre elas, a relação próxima que ele desenvolveu com o FBI. Como você sabe, o FBI

9 Uma análise crítica sobre a ausência ou a ambiguidade da discussão do caráter material e histórico do poder norte-americano durante a Guerra Fria em obras representativas do *establishment* acadêmico anglo-saxão é feita por Anderson (2015). Uma das particularidades da “hegemonia imperial” (ANDERSON, 2015, p. 53-54) norte-americana é justamente o fato de que uma pequena elite é responsável pela política externa do país, “cheia de banqueiros de investimentos, grandes industriais e comerciantes e advogados de grandes empresas”.

foi responsável por operações de contrainteligência contra os nazistas na América Latina durante a guerra. Quando nós [CIA] passamos a existir, eles [FBI] resistiram em se retirar [da América Latina]. O coronel King foi capaz de convencer diversos oficiais a se juntarem a ele, e ele dirigiu a sua divisão quase inteiramente com homens do FBI. Todos eles são próximos a líderes empresariais estadunidenses e latino-americanos. Eles também são próximos às forças policiais e às organizações locais de inteligência (SMITH, 1976, p. 328-9).

Por estas razões, Smith considerava que “a política [norte] americana e as atividades da CIA na América Latina eram moldadas pelos interesses e investimentos dos empresários [norte] americanos” (SMITH, 1976, p. 373). Por fim, podemos citar o caso de Stansfield Turner, diretor da agência entre 1977 e 1981, que destacou em seu livro de memórias a proximidade do empresário John A. McCone – que dirigiu a CIA de 1961 a 1965 – com grupos de empresários norte-americanos. Turner menciona que McCone levou a agência “a explorar o conhecimento adquirido por corporações americanas que operavam no exterior”, chegando a “encontrar maneiras de apoiá-las quando elas tinham problemas com governos locais”. O caso citado por Turner para ilustrar esta relação foi o processo de expropriação da empresa norte-americana ITT no Brasil, entre 1961 e 1962:

Harold Geneen, presidente da ITT, apelou para seu amigo John McCone. McCone envolveu a CIA no que parecia ser uma campanha de guerra psicológica. A campanha incluía comunicados à imprensa que difamavam [João] Goulart, um esforço conjunto da CIA e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) para persuadir a AFL-CIO a estabelecer centros de treinamento para ensinar aos líderes trabalhistas brasileiros alternativas ao comunismo, canalizando dinheiro para o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) na tentativa de influenciar eleições regionais e incentivando contribuições de empresas americanas para partidos de oposição brasileiros. (TURNER, 2005, p. 99)

Contatos da CIA com civis brasileiros

Pouco sabemos sobre os objetivos, impactos e extensão das operações da CIA realizadas no Brasil entre 1961 e 1964. No entanto, é possível identificar a existência de relações entre oficiais de carreira da CIA e atores políticos brasileiros. E, considerando o que se sabe através de outras fontes já disponibilizadas à pesquisa, é razoável trabalhar com a hipótese de que tais contatos faziam parte de uma etapa de operações encobertas que provavelmente tinham como objetivo colaborar com a desestabilização ou enfraquecimento do governo Goulart, com o isolamento da sua base de apoio popular e, no limite, com a preparação para um golpe de Estado.

O que está devidamente comprovado é que, ao longo de todo o período do governo Kennedy (1961-1963), várias operações encobertas ocorreram na América Latina. De acordo com um documento produzido pela CIA, o presidente John F. Kennedy, em pouco mais de dois anos e meio de mandato, aprovou 163 operações encobertas de grande envergadura pelo mundo, apenas 7 a menos que nos dois mandatos de Dwight D. Eisenhower (1953-1961) e 21 a mais em comparação com o período Lyndon B. Johnson, que durou de 1963 a 1969 (Memorando CIA, 1967). Prados (2006, p. 292) menciona a aprovação de 550 operações encobertas (somando operações de maior e menor envergadura) apenas no primeiro ano do governo Kennedy. Não há motivos para ignorar a possibilidade de que alguma delas tenha sido implementada no Brasil.

As representações diplomáticas norte-americanas estavam apinhadas de oficiais da CIA. De acordo com um memorando de junho de 1961 escrito por Arthur Schlesinger Jr., um dos principais assessores em matéria de segurança nacional do governo Kennedy, cerca de 47% dos oficiais políticos servindo nas embaixadas estadunidenses eram oficiais de inteligência trabalhando sob cobertura oficial de fachada. Na embaixada de Santiago do Chile, por exemplo, 11 dos 13 “oficiais políticos” eram funcionários da CIA. No total, Schlesinger reportou ao presidente Kennedy que havia 3.900 oficiais da agência trabalhando sob títulos de fachada no exterior (concedidos pelo Departamento de Estado, Forças Armadas ou

outras autoridades não estatais), 200 a mais do que o número de agentes do Departamento de Estado (SCHLESINGER, 1961).

É claro que oficiais deste tipo atuaram no Brasil. A importância que as operações encobertas da CIA adquiriram durante o governo Kennedy – o que se manteve no mandato de seu sucessor, Lyndon B. Johnson – traduziu-se no significativo aumento do número de oficiais da CIA lotados nas missões diplomáticas norte-americanas no Brasil. Entre os anos de 1963 e 1964, 43 oficiais da CIA estavam oficialmente lotados nas embaixadas e consulados dos Estados Unidos espalhadas pelo território brasileiro. Destes 43, 18 novos profissionais de carreira da agência chegaram ao Brasil entre 1963 e 1964. Na verdade, houve um contínuo aumento do número de oficiais da CIA no Brasil que eram formalmente vinculados às representações diplomáticas estadunidenses desde o ano de 1955 (SILVA, 2020, p. 157-162). Esses dados não levam em conta o número indeterminado de contratistas ou oficiais da agência atuando no Brasil sem a cobertura oficial de fachada fornecida pelo Departamento de Estado¹⁰.

Até o momento, não é possível determinar quantas operações encobertas foram direcionadas especificamente a interferir na conjuntura política brasileira entre 1961 e 1964, nem quais foram os seus alvos e resultados atingidos. Mas um indício de que elas ocorreram pode ser encontrado no depoimento de Roswell L. Gilpatrick, um importante estrategista do governo Kennedy. Gilpatrick ocupou o cargo de secretário-adjunto de defesa entre 1961 e 1964 e participava das reuniões do *Special Group*¹¹, instância responsável pela supervisão e aprovação das operações encobertas da CIA. Quando

¹⁰ A CIA admitiu há bastante tempo em suas publicações oficiais que se utilizou extensamente de vários tipos de títulos diplomáticos de fachada para abrigar os seus oficiais de carreira nas missões diplomáticas norte-americanas, conferindo uma roupagem para a sua atuação clandestina. Sobre isso, ver STOLZ, 1993 e AMERINGER, 1990. Para uma explicação detalhada sobre a metodologia de identificação de oficiais da CIA que trabalharam no Brasil, a partir de diversos tipos de fontes, incluindo publicações oficiais do Departamento de Estado, assim como algumas informações biográficas sobre os seus oficiais citados neste artigo, ver SILVA, 2020, cap. 3. Os oficiais da CIA também podiam atuar sem a cobertura oficial de uma representação diplomática, trabalhando sob o disfarce de empresários ou “representantes culturais” de universidades ou instituições educacionais. Exemplos desse tipo de oficiais trabalhando no Brasil são citados em Kyionaga (171-172), Thomas (2006, p. 323-324) e Page (1972, p. 158-159).

¹¹ Criado em 1955 no governo Eisenhower, o *Special Group* era integrado por um reduzido grupo de representantes do alto escalão governamental – apenas os secretários adjuntos de Estado e de Defesa, o assessor de segurança nacional do presidente e um representante da

questionado pelo entrevistador do projeto de história oral da biblioteca presidencial John Kennedy se lembrava de “algum outro país importante, exceto Cuba” que também tivesse sido objeto de debate no mencionado grupo, ele respondeu: “Itália e Brasil” (SILVA, 2020, p. 564-566).

Até o momento, salvo engano, a única fonte disponível ao público que indica o envolvimento direto da CIA em ações relacionadas à mobilização para o golpe de 1964 é um telegrama enviado a Washington por Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, no dia 27 de março daquele ano.¹² Nesse telegrama, Gordon comunicou que a embaixada estava tomando “medidas complementares” com os “recursos disponíveis para apoiar as forças de resistência” a Goulart. O embaixador ressaltou que “isso incluía apoio encoberto para manifestações de rua pró-democracia”, explicando que a próxima manifestação estava marcada para o dia 02 de abril e outras estavam sendo programadas (Telegrama, 27/03/1964). Com isso, é possível relacionar a atuação da CIA no Brasil – sendo esta a única agência governamental autorizada a se envolver em atividades encobertas – com o apoio norte-americano, através de seus aliados locais, à mobilização que ficou conhecida como Marcha da família com Deus pela liberdade, ocorrida em São Paulo em 19 de março de 1964. Como já é sabido, este evento foi importante para dar legitimidade civil à ação golpista dos militares brasileiros. Infelizmente, ainda não conhecemos detalhes sobre a natureza deste provável apoio encoberto da CIA à referida marcha¹³. Mesmo assim, no referido telegrama o embaixador Gordon comunica que poderia

CIA designado pelo seu diretor, ou o próprio diretor da agência. O grupo operou até o início dos anos 1970, mudando seu nome para *303 Committee*, após a divulgação de sua existência pela imprensa dos Estados Unidos.

¹² Estamos nos referindo a documentos que não sejam meramente informativos, os Relatórios de Informações de Campo, que contêm “fatos relacionados geralmente com um determinado assunto ou tema”, oriundos de diversas fontes, relatando como foram obtidas estas informações e o nível de confiabilidade do informante (AGEE, 1975, p. 48). Estes documentos são os mais comumente citados em pesquisas acadêmicas, mas são de natureza distinta dos documentos operacionais, mencionados acima na nota 1.

¹³ Vale a pena mencionar o papel desempenhado por Wladimir Lodygensky na organização da referida marcha. Este cidadão suíço nascido na Rússia imigrou para o Brasil logo após a Segunda Guerra Mundial com a sua família – cuja militância anticomunista remontava ao período entreguerras. Ele recebeu apoio do governo norte-americano para as suas ações anticomunistas no Brasil ao longo da década de 1950 até 1964, comprovadamente através da *United States Information Agency* (USIA) e provavelmente da CIA, como indicam fontes governamentais brasileiras e norte-americanas. De acordo com Simões (1985) e arquivos do Itamaraty, Lodygensky teve um papel de destaque na organização da Marcha da família

vir a solicitar “fundos suplementares moderados para outros programas de ação encoberta em um futuro próximo”, reafirmando a existência de operações deste tipo em curso naquela época e sugerindo que elas tinham um financiamento estabelecido, podendo aumentar caso fosse necessário.

No que se refere às eleições de outubro de 1962, algumas fontes governamentais e privadas norte-americanas que indicam a existência de relações entre profissionais de carreira da CIA e políticos brasileiros, no contexto daquela campanha eleitoral. Philip Agee, que serviu na estação de Quito da agência de inteligência dos Estados Unidos entre 1961 e 1964, anotou em seu diário, no dia 07/10/1962, que as eleições no Brasil estavam sendo realizadas naquele dia “como o clímax de uma das maiores operações de ação política da Divisão WH” (*Western Hemisphere Division*, Divisão de Hemisfério Ocidental da CIA, como mencionado acima). Ainda segundo ele, durante a maior parte daquele ano, “os oficiais do Rio de Janeiro e as diversas bases [da CIA], sediadas nos consulados por todo o país”, estiveram “empenhados em uma campanha de muitos milhões de dólares para financiamento da eleições de candidatos anticomunistas para postos federais, estaduais e municipais” (AGEE, 1975, p. 257).

Podemos hoje acrescentar ao registro feito por Agee algumas informações sobre o contato estabelecido entre oficiais da CIA e políticos brasileiros, presentes em arquivos produzidos pelo Departamento de Estado norte-americano. Por exemplo, a de que o oficial da CIA Louis V. Ebert III, enviado a Brasília com um título diplomático de fachada, almoçou no Hotel Nacional com os deputados Abel Rafael Pinto, do PRP de Minas Gerais, e Hamilton de Lacerda Nogueira, da UDN da Guanabara. No Recife, os diplomatas do Departamento de Estado contavam, desde o início do ano de 1962, com o apoio dos oficiais da CIA Arthur P. Frizzell, Charles L. Acree Jr. e Maurice J. Gremillion. Frizzell esteve presente em uma reunião com Antonio Baltar, do PSB local. O consulado de Porto Alegre também contava com os servidores da CIA Wesley L. Laybourne e George T. Colman Jr. Este último recebeu, nas dependências da representação diplomática norte-americana da capital gaúcha, a visita de um candidato a deputado

com Deus pela liberdade e na mobilização de “grupos cívicos” anti-Goulart. Para maiores detalhes sobre a militância anticomunista de Lodygensky e sobre seus laços com agências do governo norte-americano, ver SILVA & SCHWARZ, 2022.

estadual pelo estado do Rio Grande do Sul, o qual buscava apoio para a formação de um “grupo de ação política de classe média” para influenciar as eleições daquele ano. Belo Horizonte contava com os oficiais da CIA Robert Fambrini e Lawrence C. Laser, e Curitiba, Stuart D. Burton (SILVA, 2020, p. 648-649).

A CIA também buscou se aproximar de membros da Igreja Católica no Brasil. No final de fevereiro de 1962, o oficial da base da CIA em Brasília, Thomas J. Barrett Jr., encontrou-se com dom Fernando Gomes Santos, arcebispo de Goiás, que explicou ao oficial da agência os objetivos da Aliança Eleitoral da Família (ALEF), “criada pelo Conselho Nacional dos Bispos do Brasil para assumir um papel ativo nas eleições marcadas para o dia 07 de outubro de 1962”. A documentação também aponta encontros de Barrett Jr. com Dom Antonio Barbosa, arcebispo de Campo Grande, o monsenhor Arruda Câmara, do PDC de Pernambuco, o deputado Aderbal Jurema, do PSD de Pernambuco, o padre Medeiros Netto, do PSD de Alagoas, João Mendes, da UDN da Bahia, e com o deputado Martins Rodrigues, do PSD do Ceará (SILVA, 2020, p. 648-650). Os profissionais de carreira da CIA citados anteriormente permaneceram oficialmente em atividade no Brasil pelo menos até abril de 1964. Não foi possível determinar se os agentes brasileiros citados anteriormente participaram, com ou sem conhecimento, de forma remunerada ou não, de ações clandestinas da agência de inteligência dos Estados Unidos naquele período. Também não é possível definir como foram utilizadas pelo governo norte-americano as informações obtidas nesses encontros.

Um contato a ser destacado foi o realizado entre José de Magalhães Pinto, banqueiro e governador de Minas Gerais entre 1961 e 1966, e autoridades do governo norte-americano. De acordo com registros feitos por Berent Friile – braço direito dos investimentos da família Rockefeller no Brasil –, Magalhães Pinto, quando esteve em Washington em novembro de 1960, conheceu Thomas C. Mann – uma das principais autoridades no Departamento de Estado sobre assuntos interamericanos, cujo nome posteriormente seria associado ao golpe de 1964 no Brasil – e o diretor da CIA, Allen W. Dulles. Friile informou a Nelson Rockefeller, em carta a ele enviada, que as conversas de Magalhães Pinto com representantes do

governo estadunidense tinham sido “inteiramente satisfatórias”. O governador mineiro teria explicado aos oficiais de Washington os motivos pelos quais o recém-eleito presidente Jânio Quadros havia recusado um convite para visitar os Estados Unidos. Conforme as palavras de Friele, Magalhães Pinto ficou “particularmente impressionado com o sr. Dulles”, o qual prometeu explicar a situação de Quadros ao também recém-eleito presidente Kennedy (SILVA, 2020, p. 649-650).

É importante ressaltar o papel que o governador e banqueiro de Minas Gerais viria a cumprir na articulação golpista de 1964. Fico (2014, p. 69-77) indica que Magalhães Pinto “se comprometera a agir de comum acordo com os planos norte-americanos”, isto é, no caso da derrubada de Goulart, seria necessária a imediata formação de um governo provisório, para dar “alguma aparência de legitimidade ao golpe”, exatamente conforme o cenário previsto em um plano de contingência do governo estadunidense consultado pelo referido historiador, datado de novembro de 1963. De acordo com Fico, este plano de contingência seria uma das etapas de uma estratégia política maior, iniciada em 1962 com o objetivo de derrubar Goulart da presidência e que culminaria com uma fase militar de apoio às forças golpistas locais através da operação denominada *Brother Sam*. Se a hipótese de Fico estiver correta – e é muito provável que esteja –, a CIA certamente estava diretamente envolvida em boa parte das etapas desta estratégia.

Starling (2024, p. 39) afirma que Magalhães Pinto mantinha contato com dois diplomatas do consulado dos Estados Unidos em Belo Horizonte desde o início do ano de 1963. Ele teria passado a se encontrar no Palácio Liberdade, sede do governo mineiro, com o diplomata Herbert Okun, cônsul-geral, e o “vice-cônsul” Lawrence C. Laser para tratar de sua “agenda conspirativa” – a expressão é da autora. Segundo Starling, “tais encontros abriram a porta do Departamento de Estado ao governador”, que ali começou a “negociar os termos de um acordo que só se efetivaria no ano seguinte”, ou seja, em 31 de março de 1964. Este acordo era precisamente aquele a que se referiu Fico, conforme mencionado acima. Entretanto, é importante acrescentar que o “vice-cônsul” Lawrence C. Laser era, na verdade, um oficial de carreira da CIA, um detalhe que passou despercebido à historiadora mineira, mas de grande importância para os objetivos deste artigo.

Isso significa que os encontros de Magalhães Pinto com Laser também abriram a porta da CIA para a agenda conspirativa do governador mineiro.

Nascido em maio de 1933, Laser trabalhou como oficial da agência de inteligência norte-americana em São Paulo entre janeiro de 1960 e maio de 1961. Após ter passado alguns meses trabalhando, provavelmente, no escritório central da agência em Washington, Laser foi transferido para Belo Horizonte em abril de 1962. Lá ele permaneceu até junho de 1964, quando foi solicitado o seu retorno à capital dos Estados Unidos. Ele ainda trabalhou no Rio de Janeiro (1966-1968) e Brasília, a partir de 1972 (*Biographic Register* 1973, p. 217)¹⁴. Fluente em espanhol, ele iniciou sua carreira na divisão de hemisfério ocidental da CIA. Conforme reportagem do jornal *Miami Herald* – intitulada “Lawrence Laser: Um oficial da CIA durante a maior parte de sua vida” –, ele morou 10 anos no Brasil, onde nasceram seus quatro filhos, e chegou a ser condecorado com o título de cidadão honorário de Belo Horizonte, concedido pela Câmara de Vereadores da cidade. Ainda conforme a reportagem, ele atuou como chefe de base, chefe de estação e diretor de operações para a América Latina da CIA (*Miami Herald*, 01/10/2020).

Laser era casado com Phyllis Mae Laser, que trabalhava no Escritório de Segurança (*Office of Security*) da CIA em Washington. Conforme o obituário de Phyllis, seu marido havia decidido ingressar na agência de inteligência em 1956, por influência dela. Os dois teriam permanecido na CIA por 50 anos, parte desse tempo como funcionários, parte como contratistas. Ela se aposentou como funcionária de carreira da agência, mas “fez alguns trabalhos como contratista no exterior” e se tornou uma “famosa esposa da CIA, aprendendo rapidamente o português e se tornando uma brasileira querida” (Obituário, 28/08/2021). Na década de 1960, um jornal de São Paulo havia caracterizado Lawrence C. Laser “como uma espécie de ‘anjo da guarda’ do consulado dos Estados Unidos em Belo Horizonte,

¹⁴ O *Biographic Register* – e o *Foreign Service List* – eram duas publicações do Departamento de Estado nas quais constavam os nomes e informações biográficas e profissionais resumidas sobre todos os oficiais que trabalharam nas missões diplomáticas dos Estados Unidos no exterior. As duas publicações foram interrompidas a partir de 1974, quando alguns ex-oficiais da CIA e do Departamento de Estado começaram a utilizá-los como fonte para identificar quem eram os profissionais da agência de inteligência que trabalhavam formalmente vinculados às representações diplomáticas estadunidenses. Tais publicações encontram-se disponíveis em bibliotecas de universidades norte-americanas.

segundo a descrição de seus colegas". Phyllis M. Laser, por sua vez, foi descrita na reportagem como "uma das líderes do Automóvel Clube, a agremiação mais fechada da capital mineira" e considerada "uma das dez mulheres mais elegantes" de Minas Gerais (*A Cigarra*, 01/1964). Não temos informações que confirmem se Phyllis trabalhou como contratista da CIA durante seu período no Brasil.

A presença no Brasil de outro oficial norte-americano, Niles Woodbridge Bond, fortalece a hipótese de que o governo dos Estados Unidos conferiu importância a operações encobertas em nosso país naquele período. Bond, que entre 1959 e 1963 havia atuado como chefe adjunto da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, em janeiro de 1964 tornou-se o chefe da missão diplomática estadunidense em São Paulo. Ao desembarcar na capital paulista, ele trazia consigo uma longa experiência na carreira diplomática. Em 1961, havia assumido interinamente a chefia da embaixada norte-americana, comandando as ações da missão diplomática na chamada crise da legalidade, quando setores das forças armadas brasileiras e seus apoiadores civis tentaram impedir a posse de João Goulart como presidente, após a renúncia de Jânio Quadros. É de se destacar em seu passado a sua participação, pelo menos até o ano de 1954, em uma organização clandestina de inteligência do governo norte-americano chamada *The Pond*. Criada ainda durante a Segunda Guerra Mundial, a organização atuou como um dos braços responsáveis por ações encobertas do governo norte-americano no exterior, sendo posteriormente desativada em 1955¹⁵. Segundo depoimento

¹⁵ Mark Stout (2018, p. 48-50) escreveu artigos com base nos arquivos da organização. Segundo ele, a *Pond* "conduziu operações clandestinas de espionagem para o governo dos Estados Unidos entre 1942 e 1955" e foi uma das "mais incomuns organizações da história do governo. Ela se desenvolveu completamente fora das estruturas normais de governo, utilizou-se de todas as fachadas normais e estruturas de comunicação operadas pelas organizações de inteligência, e nunca esteve sob nenhum tipo de controle de Washington". A filosofia interna da organização baseava-se no conceito de "super-segurança", um nível de sigilo maior do que o adotado pela própria CIA. Ainda conforme Stout, o Departamento de Estado foi "um parceiro vital das operações da *Pond* ao longo de toda a existência do grupo" e, a partir de 1951, seus integrantes passaram a atuar como contratistas da CIA. O acordo para sua desativação foi intermediado por Adolf A. Berle, que atuou como embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1945 e 1946. Segundo Stout (2018, p. 49), durante a Segunda Guerra Mundial, período em que foi secretário assistente de Estado, responsável pelas atividades de inteligência do Departamento de Estado, Berle era o "ponto de contato diário" da *Pond* com o referido departamento.

de Bond, o trabalho na *Pond* era “emocionante e interessante” (SILVA, 2020, p. 97).

É razoável supor que a escolha de Bond para comandar o consulado da capital paulista não foi casual, levando-se em consideração tanto a importância das articulações golpistas que já vinham ocorrendo na cidade quanto a sua experiência enquanto diplomata. O momento de sua chegada a São Paulo era oportuno pois, de acordo com Fico (2014), os Estados Unidos já haviam tomado a decisão de apoiar um golpe de Estado havia mais de um ano. Bond tinha as aptidões requeridas para trabalhar em atividades que exigiam alto nível de sigilo e, ao mesmo tempo, eficiência nas ações de articulação política.

Ao que tudo indica, uma das tarefas mais importantes da missão diplomática foi a articulação com o governador de São Paulo e seus apoiadores civis e militares. O próprio Bond narrou, em depoimento ao historiador John W. F. Dulles, um episódio que indica a proximidade entre os representantes do governo norte-americano e os integrantes das forças golpistas brasileiras:

O Ministro Bond esteve com Adhemar de Barros durante as seis horas que antecederam a eclosão da revolução de 1964 em São Paulo. Cordeiro de Farias havia saído de São Paulo em viagem a Belo Horizonte. Adhemar estava muito preocupado com a situação, pois fazia doze horas que Minas havia iniciado a revolução e São Paulo nada havia feito. Naquela época, praticamente todos sentiam que o General Kruel era a chave para a situação. O general Nelson de Mello juntou-se ao grupo do qual Adhemar e Bond faziam parte. Nelson de Mello, bem diferente de Adhemar, parecia não ter nenhuma preocupação no mundo. Nelson de Mello sabia que tudo ficaria bem independentemente da posição que Kruel assumisse. Se Kruel não acompanhasse a revolução, Nelson de Mello assumiria a liderança militar em São Paulo. Um erro que Goulart cometeu foi acreditar que os generais reformados já não valem nada. [...] Kruel aderiu à revolução perto da meia-noite. Cordeiro de Farias e Nelson de Mello foram ambos para o sul mas com colunas diferentes. O ministro Bond disse que recebeu de fonte confiável informações sobre a iminente eclosão da revolução que iniciou em Minas 24 horas antes da revolução estourar naquele estado. Ele nos contou que esteve com Adhemar de Barros entre 17h e 18h da tarde do dia 31 de março. Foi nesta hora que chegou Nelson de Mello, e ele

estava de bom humor. Mais tarde, depois que Kruel anunciou o seu posicionamento, Nelson de Mello e Cordeiro de Farias estavam trajando seus uniformes quando eles se dirigiram ao sul para trabalhar pela revolução. (Entrevista, 26/11/1965)

O contato entre o consulado norte-americano e o governador Adhemar de Barros já ocorria desde anos anteriores, como foi registrado por Daniel M. Braddock, em 5 de junho de 1963, chefe do consulado norte-americano na capital paulista entre 1961 e 1964. Braddock descreveu a seus superiores uma reunião ocorrida no gabinete do governador, a qual contou com a presença de “Mr. Robert Reynolds”, um oficial da CIA lotado na missão diplomática com sede na capital paulista. De acordo com o relato de Braddock, “o encontro foi proposto pelo governador quando ele conversou brevemente, em 03 de junho, com Mr. Reynolds, que estava no Palácio para tratar de outros assuntos” (SILVA, 2020, p. 683-684). Ao que parece, um oficial da CIA tinha livre trânsito no Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista.

Reynolds não era apenas mais um oficial da CIA. A análise de sua trajetória antes de sua chegada a São Paulo sugere a importância das articulações que o governo Kennedy, através da CIA, esperava fortalecer na capital paulista na conjuntura de crise do governo Goulart. Reynolds ingressou na agência em 1949, passando por diversas representações diplomáticas norte-americanas na América Latina: Cidade do México (1950-1952), Buenos Aires (1952-1955) e La Paz (1955-1957). Entre 1957 e fevereiro de 1960, estava vinculado à Divisão de Assuntos Caribenhos da CIA, responsável pelo acompanhamento da Revolução Cubana. Entre março e setembro de 1960, Reynolds tornou-se chefe adjunto da WH/4, uma seção interna da Divisão de Hemisfério Ocidental da CIA criada em janeiro de 1960 especificamente para o planejamento das ações clandestinas contra Cuba. Entre setembro de 1960 e outubro de 1961, Reynolds foi designado chefe da maior estação da CIA, localizada em Miami, onde funcionava o principal centro de operações contra Cuba. Transferido para o consulado de São Paulo em maio de 1962, permaneceu em seu posto até agosto de 1966. Entre os oficiais da CIA que trabalhavam no consulado de São Paulo, Reynolds era o de

maior graduação (SILVA, 2020, p. 683-684; GWU/NSA). Levando-se em consideração a sua trajetória e experiência, provavelmente ele foi o chefe da base da CIA de São Paulo entre 1962 e 1966.

O primeiro encontro registrado entre Reynolds e o governador Adhemar de Barros ocorreu em outubro de 1962, logo após as eleições daquele ano, em uma reunião na qual estiveram presentes Braddock e outro cônsul norte-americano. No final daquele mês, Reynolds participou de um jantar oferecido a uma equipe inter-agências do governo norte-americano, enviada ao Brasil para fazer um levantamento sobre as possibilidades de concessão de auxílio financeiro ao país, liderada pelo embaixador William H. Draper. Um dos integrantes dessa equipe era o oficial da CIA Ludwell M. Montague. Alguns importantes empresários líderes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) – organização que desempenhou um papel importante na articulação golpista –, além de empresários norte-americanos, estiveram presentes ao jantar: Theodoro Quartim Barbosa (Banco do Comércio e Indústria de São Paulo), Bruce Galbraith (Alba S.A. - Borden), Walter H. Gussenhoven (General Motors do Brasil), Francis L. Herbert (Cia. Swift do Brasil, irmão do diretor adjunto da Divisão de Hemisfério Ocidental da CIA, Herbert W. Raford), Joseph H. Jones (Union Carbide do Brasil), Fernando E. Lee (Wierton Steel, membro do IPES), Paulo Reis de Magalhães (Cia Itaquerê Industrial e Agrícola, membro do IPES), Vicente de Paula Ribeiro (Sociedade Técnica e Comercial Serva Ribeiro, membro do IPES) e John S. Richards (RCA Eletrônica Brasileira e presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo). O outro encontro foi com a vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputada Maria da Conceição Costa Neves, em que estiveram presentes membros da equipe do embaixador Draper e do consulado de São Paulo (SILVA, 2020, p. 683-684). Não encontramos maiores informações sobre as atividades de Reynolds em São Paulo. Também não foi possível encontrar evidências sobre o tipo de apoio que a CIA poderia ter fornecido ao IPES e outros grupos de ação política empresarial no Brasil no início dos anos 1960.

O que se pode comprovar é que os grupos de ação política de empresários norte-americanos que possuíam investimentos na América Latina, os quais foram formados em sua maioria logo após a Revolução Cubana

de 1959, contaram com o respaldo oficial do Departamento de Estado. O governo norte-americano apoiava a formação de grupos de empresários em todos os países do continente. Entre estes, merecem destaque dois grupos que foram criados nos Estados Unidos e se dedicaram à causa da mobilização empresarial anticomunista na América Latina: o *Latin American Information Committee* e o *Latin American Development Committee*. Ambos receberam apoio da CIA em termos de aconselhamento sobre estratégias, meios e táticas para mobilizar o apoio de empresários nos países da região na luta contra o comunismo e o nacionalismo. Os primeiros dois grupos de militância política empresarial formados antes da criação do IPES na América Latina, o *Comité Nacional Pró-Peru* (CONAPROPE) e o *Centro de Estudios y Acción Social* (CEAS) da Colômbia, também contaram com o mesmo tipo de apoio da CIA. Um grupo congênero mexicano, o *Instituto de Investigaciones Sociales y Económicas*, igualmente criado antes da formação do IPES, também foi alvo de financiamento e orientação política da CIA (SILVA, 2020, p. 490-545). Agee (1976, p. 248-249) menciona o apoio da agência à formação do *Centro de Estudios para Reformas Económicas y Sociales* (CERES), sediado no Equador.

A CIA nos meios militares brasileiros

Em seu depoimento a John W. F. Dulles, Niles Bond, além de confirmar a sua proximidade com militares e civis que tiveram papel-chave na articulação golpista, afirmou que havia recebido antecipadamente e de fonte confiável a informação de que a “revolução” eclodiria em Minas Gerais. O presidente Lyndon Johnson, em ligação telefônica ao seu assessor de imprensa, cujo registro está transcrito em Beschloss (1997, p. 303), comentou ter recebido a informação sobre a data do golpe já no dia 30 de março de 1964. Ou seja, na véspera de sua efetivação. Em 1997, Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil na data do golpe, afirmou em entrevista à revista *Veja* que não tinha conhecimento sobre o assunto até o dia 31 de março de 1964. Contudo, suspeitava que a informação tivesse sido repassada por um “jovem oficial da CIA” que trabalhava no consulado

de Belo Horizonte, cujo nome ele não mencionou (*Folha de São Paulo*, 15/10/1997)¹⁶.

O trecho da entrevista de Niles Bond a John W. F. Dulles destacado anteriormente descreve o encontro do diplomata norte-americano com pelo menos dois dos mais destacados conspiradores militares do golpe de 1964: o general Nelson de Mello e o marechal Osvaldo Cordeiro de Farias. Este último, de acordo com Dreifuss (1981, P. 105), era um “arquétipo de conspirador histórico”, intimamente articulado aos grupos civis e militares de São Paulo ligados ao IPES. Esta organização fornecia ao general os meios materiais necessários para a sua missão de mobilizar elementos militares para a conspiração anti-Goulart. Ainda segundo Dreifuss, Cordeiro de Farias foi “amplamente responsável pela desarticulação do dispositivo militar de Jango”, que se acreditava iria resistir a uma tentativa de golpe, e também por “neutralizar oficiais profissionais que não estavam inclinados a apoiar um golpe”. O marechal foi o principal encarregado da mobilização militar do “Estado-Maior civil-militar”, que já estava se preparando para a derrubada de Goulart vários meses antes de março de 1964. O general Nelson de Mello, por sua vez, era figura de destaque entre os “oficiais de direita” que, conforme Dreifuss (1981, p. 375), estavam articulados desde o ano de 1962 para dar um golpe contra Goulart. Este grupo de oficiais incluía “conspiradores históricos” como o almirante Silvio Heck, o marechal Odílio Denys e o brigadeiro Grün Moss. Além deles, o grupo também incluía Cordeiro de Farias, amigo de longa data de Mello, o general José Pinheiro de Ulhoa Cintra e os generais João Punaro Bley e Orlando Geisel.

A entrevista de Bond também menciona o papel fundamental desempenhado pelo general Amaury Kruel, comandante do IIº Exército, na articulação golpista. Kruel era um velho conhecido da CIA. Em 1958, ele passou três semanas em visita oficial aos Estados Unidos, enquanto diretor do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Naquele momento, o governo de Dwight D. Eisenhower (1953-1961) havia estabelecido um planejamento de operações anticomunistas na América Latina, sendo

16 De acordo com o *Biographic Register* e o *Foreign Service List*, havia apenas dois oficiais da CIA trabalhando sob a cobertura do Departamento de Estado no consulado de Belo Horizonte em 1964: Robert L. Fambrini, nascido em 1920, e Lawrence Laser, nascido em maio de 1933. Muito provavelmente Gordon estava se referindo a Laser como o responsável pelo aviso antecipado a Washington sobre a movimentação mineira para iniciar o golpe no Brasil.

o Brasil um dos três países-alvo prioritários. Um dos objetivos centrais desse planejamento era o fortalecer as estruturas de repressão das polícias brasileiras (SILVA & SCHWARZ, 2023). Naquela ocasião, Kruel visitou diversas agências e departamentos governamentais norte-americanos, com o intuito de observar o funcionamento dessas instituições para aperfeiçoar os mecanismos brasileiros de repressão. A maior parte destes programas de apoio às forças policiais latino-americanas ficava à cargo da CIA, como demonstrou Huggins (1998).

Ainda que a relação entre a CIA e os programas de apoio às polícias seja conhecida há bastante tempo, chama a atenção a proximidade entre os representantes da agência norte-americana de inteligência e o general Kruel. Durante a sua estadia nos Estados Unidos em 1958, o general brasileiro foi assistido por um oficial da CIA que estava lotado na embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, o qual foi designado para acompanhá-lo em toda a sua viagem. O oficial era Joseph W. Reidy. Pouco se sabe sobre a sua trajetória, mas um fichário de registros de atividades da agência do ano de 1951 traz a seguinte informação: “a CIA de Frankfurt relata que Joseph W. Reidy, um oficial da equipe de operações baseadas na Alemanha contra a Albânia, sofreu um colapso físico devido ao excesso de trabalho. Ele deve tirar um longo tempo de descanso e estará fora de ação indefinidamente”. Posteriormente, Reidy foi designado para trabalhar na embaixada do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre julho de 1957 e setembro de 1959. Durante este período, um oficial de uma das agências norte-americanas responsáveis pelos programas de apoio às polícias no Brasil advertiu Washington de que “pouco se sabia” sobre tais iniciativas, “pois os srs. David W. Smyser e Joseph W. Reidy eram os únicos que contatavam e trabalhavam com as polícias locais”. Smyser era o chefe da estação da CIA no Brasil naquele momento (SILVA, 2020, p. 375-376).

A documentação norte-americana destaca a importância da visita do general Kruel aos Estados Unidos. De acordo com um memorando da divisão de assuntos brasileiros do Departamento de Estado, recomendava-se “uma atenção mais do que habitual a uma visita deste tipo devido à importância do general Kruel, pessoalmente e pela posição” que ocupava, assim como em função do “papel fundamental” que ele poderia desempenhar no

“desenvolvimento de métodos policiais eficazes para o combate à subversão e a segurança interna no Brasil”. Por essa razão, J. C. King, da CIA, almoçou duas vezes com Kruel em sua passagem pelos Estados Unidos. Em uma reunião com Kruel ocorrida no Departamento de Estado, o secretário assistente de Estado de assuntos interamericanos, Richard Roy Rubottom, enfatizou a importância da colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil em matéria de combate ao comunismo, mas afirmou que não entraria em detalhes sobre a criação das “diversas instituições anticomunistas” que os Estados Unidos desejavam estimular no Brasil, e que faria referência apenas “ao contexto geral dessas discussões”, as quais seriam “aprofundadas pela CIA” (SILVA, 20202, p. 372-375). Não há detalhes sobre o desenvolvimento das relações entre Kruel e a CIA, mas seria equivocado simplesmente ignorar que esses contatos ocorreram e podem ter resultado em algum tipo de ação clandestina com impacto na conjuntura política brasileira.

Quanto ao general Ulhôa Cintra, o papel desempenhado por ele na articulação para o golpe já é conhecido há algum tempo. O militar era enteado do marechal Eurico Gaspar Dutra, que foi presidente da república entre 1946 e 1951. Ulhôa Cintra mantinha contatos com autoridades militares norte-americanas desde a época em que atuou como comandante de um destacamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial.¹⁷ O destacamento era chefiado pelo general Castelo Branco, do qual Ulhôa Cintra era homem de confiança. De acordo com Fico (2014, p. 79) Ulhôa Cintra era o mais importante militar no grupo que estabeleceu contato com o governo dos Estados Unidos para o planejamento da já mencionada operação *Brother Sam*. De acordo com o embaixador Lincoln

¹⁷ Laços que se reforçaram com o passar do tempo. Por exemplo, ao longo do ano de 1951, Cintra foi um dos representantes brasileiros na Junta Interamericana de Defesa, sediada em Washington, trabalhando na sua comissão de planejamento. Ao final de seu mandato, o general Edwin L. Sibert, diretor do Estado-Maior da referida junta e ex-subdiretor de operações de inteligência da CIA entre 1946 e 1948, enviou uma carta ao general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, então chefe do Estado-Maior das forças armadas brasileiras, na qual elogiou o trabalho realizado por Ulhôa Cintra (Carta, 13/12/1951). Cabe destacar que Sibert cumpriu um papel importante no recrutamento de nazistas alemães para reconstruir o sistema de inteligência da República Federal da Alemanha (capitalista) do pós-guerra. Ao que tudo indica, após o seu período na CIA ele voltou a trabalhar para as forças armadas norte-americanas, mas isso não impediu, conforme aponta documentação da própria agência de inteligência, que a CIA viesse a solicitar a sua colaboração em algumas tarefas específicas (CIA, 12/1971).

Gordon, citado por Fico (2014, p. 79), o general era o “elemento de ligação que avisaria sobre a necessidade suplementar de armas”.

Uma das pessoas com quem Ulhôa Cintra estabeleceu contato foi Vernon Walters, adido militar da embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Não é necessário retomar neste artigo o papel que Walters cumpriu na articulação para o golpe de 1964. Mas é importante esclarecer que a função de adido militar, vinculada ao Departamento de Defesa, previa oficialmente o envolvimento de seus oficiais em vários tipos de atividades clandestinas no exterior, algumas das quais desempenhadas em conjunto com oficiais da CIA. Na verdade, desde o ano de 1959, o governo norte-americano havia elaborado instruções que davam ao diretor da CIA “a responsabilidade de garantir que as atividades clandestinas de inteligência no exterior fossem totalmente coordenadas” entre os representantes das agências responsáveis pela execução da política exterior norte-americana nas suas missões diplomáticas. Estas instruções aumentavam o grau de controle sobre as atividades realizadas pelos adidos militares, os quais estariam sob a autoridade local do chefe da estação da CIA no país em questão. Embora tivessem autonomia em relação à CIA, os representantes do Departamento de Defesa deveriam coordenar o seu trabalho com a agência de inteligência, repassando informações essenciais para os objetivos das atividades realizadas por seus pares responsáveis pelas ações encobertas. Por sua vez, os adidos militares, ainda conforme instrução presidencial vigente entre 1959 e 1965, deveriam ter pleno conhecimento das ações encobertas conduzidas pela CIA que fossem consideradas essenciais para apoiar as suas próprias atividades (Memorando, 27/03/1965). Apesar das diferenças formais, as ações protagonizadas pelos oficiais da CIA e pelos adidos militares eram complementares entre si. Nesse sentido, é interessante destacar que o próprio Vernon Walters viria a se tornar vice-diretor da CIA entre 1972 e 1976.

Mesmo diante da escassez de fontes que detalhem as ações de Walters na preparação para o golpe de 1964, sabe-se que uma de suas tarefas era garantir a coordenação de esforços dos militares brasileiros golpistas. O contato entre Walters e dois desses militares já foram identificados pela historiografia. As relações entre Walters, o marechal Castello Branco e seu braço direito, Ulhôa Cintra, foram mencionadas em alguns documentos

governamentais norte-americanos do mês de março de 1964, os quais já foram analisados em diversas pesquisas, como as já mencionadas obras de Fico (2014; 2008) e Starling (2024).

Existem também alguns exemplos de contatos diretos entre militares brasileiros que desempenharam papel importante na articulação golpista e oficiais da CIA. Um desses militares foi o general Carlos Luís Guedes, chefe da 4ª Infantaria Divisionária (ID-4), em Belo Horizonte, um dos principais articuladores militares da conspiração golpista em Minas Gerais. Junto ao também general Olímpio Mourão Filho, Guedes organizou a ofensiva que partiu daquele Estado no dia 31 de março de 1964 para a derrubada do governo João Goulart. A importância do general Guedes foi destacada por Starling (2024, p. 46). Para a historiadora, “quem mandava em Minas Gerais era o general Guedes, encastelado na sede da ID-4”, localizada em um casarão distante apenas a alguns quarteirões da sede do governo mineiro. Em suas memórias, o próprio general fez referência à relação de amizade que mantinha com Lawrence C. Laser, o qual, como informado anteriormente, era oficial da CIA. O general Guedes também afirmou que, na manhã de 31 de março, solicitou armamentos, munições, blindados e combustíveis a Laser. Isso para o caso de uma eventual guerra contra as forças de apoio a Goulart. Era um “entendimento” com o “diplomata” norte-americano, o qual “deveria permanecer absolutamente secreto”:

Naquela manhã, combinamos um encontro no apartamento de um sobrinho, Adalberto Freitas, residente à rua Goitacazes (minha ida ao consulado era desaconselhável, o mesmo acontecendo quanto à presença de Mr. Laser na sede do QG da ID/4, para evitar comentários malévolos e, de certa forma, impedir insinuações de influências do governo dos Estados Unidos no movimento). O motivo imperioso que determinara o nosso encontro se prendia à urgente necessidade de material – blindados, armamentos leves e pesados, munições, combustíveis, aparelhagem de comunicações, enfim, todo o complexo material que a guerra exige – e de que Minas dispunha em quantidade ínfima. (...) Nossa entendimento deveria permanecer absolutamente secreto. (...) Somente agora, quando a preocupação é a História, exclusivamente, passo a divulgar o assunto: Laser deveria entrar, normalmente, pela porta do edifício, utilizando-se do elevador social, diretamente para o terceiro andar,

onde se localizava o apartamento; eu chegaria de automóvel, entrando pela garagem, e usaria o elevador de serviço. Tudo foi realizado tão sigilosamente que nada transpirou. Entretanto, saí com a certeza de que contaria com a ajuda incondicional de Mr. Laser, que prestaria esclarecimentos favoráveis junto a seu governo, para o equipamento dos cinquenta mil homens, que eu pretendia mobilizar, se necessário. Todos os recursos deveriam ser entregues no porto de Vitória. (...) Tinha plena convicção de que o governo americano dimensionaria com realismo o problema, bastando-lhe a consideração dos riscos para sua própria segurança, que um Brasil comunista viria a representar. Alertei Laser, principalmente, de que era imprescindível fosse nossa atuação fulminante, antes que a outra parte tivesse tempo para fornecer recursos, que naturalmente seriam oferecidos e encaminhados com urgência, ainda que sem pedido formal e possível do governo (GUEDES, 1979, p. 223-224).

Podemos citar também o caso de Edmundo de Macedo Soares e Silva, general e empresário, diretor da Mercedes Benz do Brasil, que no início de 1962 se encontrou com Donald C. Marelius, o chefe da estação da CIA no Brasil entre 1958 e 1963, e com o embaixador Lincoln Gordon. O general brasileiro planejava lançar candidatura ao governo do estado da Guanabara, o que acabou não se concretizando. O convite para o encontro, ocorrido em 12/01/1962, partiu de Soares e Silva, que recebeu os dois representantes norte-americanos em sua residência da cidade do Rio de Janeiro. O general e seus apoiadores fizeram “um apelo à simpatia e colaboração da embaixada, cujos termos não foram definidos”. Um mês depois, Soares e Silva, junto a outro companheiro de farda, o general Mário Coutinho, convidou novamente membros do consulado estadunidense de São Paulo para um jantar em sua outra residência, localizada na capital paulista. Pelo lado norte-americano, compareceram o chefe do consulado, Daniel M. Braddock, o cônsul Scott C. Lyon e o oficial da CIA Joseph Y. Kyonaga. Depois do encontro, o embaixador Gordon comunicou Washington que a missão diplomática iria manter “contato discreto” com o grupo chefiado pelo general Soares e Silva.

Conforme a documentação oficial norte-americana, a candidatura do general era uma iniciativa relacionada ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Como é sabido, o IBAD foi uma das entidades de

maior destaque na mobilização que levou ao golpe de 1964. Lançado publicamente em maio de 1959, sob a liderança ostensiva de Ivan Hasslocher, o referido instituto atuou em uma ampla frente de atividades anticomunistas, angariando apoio de expressivos setores do empresariado, partidos políticos e das forças armadas. Contava com uma publicação própria, a revista *Ação Democrática*, distribuída gratuitamente, chegando a ter mais de 500 mil exemplares. Além disso, dispunha de uma cadeia de programas de rádio e televisão que atingia mais de 80 estações espalhadas por todo o país e publicava anúncios nos principais jornais brasileiros. Também realizou intensa propaganda e financiamento da candidatura à presidência de Jânio Quadros, vitoriosa nas eleições de 1960 (DREIFUSS, 1981, p. 103).

No início de 1962, o IBAD criou a Ação Democrática Popular (ADEP). Ela visava obter recursos para a eleição de candidatos de oposição ao presidente João Goulart nas eleições legislativas e para o governo de 11 estados, marcadas para outubro daquele ano. Muitas empresas nacionais e estrangeiras contribuíram para a sua campanha. Outra frente de atuação do IBAD foi feita através de uma empresa publicitária, de propriedade de Ivan Hasslocher, a *Promotion S.A.*, fundada no início dos anos 1950. A atuação do IBAD nas eleições de 1962 foi tão escandalosa que acabou levando à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), responsável por investigar as origens do milionário investimento do IBAD a candidatos de vários partidos políticos naquele pleito.¹⁸ Por decreto presidencial, a entidade dirigida por Hasslocher acabou sendo dissolvida, em setembro de 1963.

Agee (1975) e Dreifuss (1981) já haviam identificado que o IBAD era uma organização criada e financiada pela CIA. Outras evidências recentes reafirmam a hipótese de que o IBAD tenha sido muito provavelmente uma operação criada e controlada pela CIA. As memórias não publicadas de Ivan Hasslocher confirmam que o IBAD foi criado e financiado pela CIA e a existência de um oficial da agência, Lawrence M. Sternfield, lotado na embaixada do Rio de Janeiro, responsável pelo controle das atividades

¹⁸ A quantidade de dinheiro solicitada pelo embaixador Gordon para financiar candidatos alinhados aos interesses norte-americanos nas eleições de 1962 assustou até mesmo o presidente Kennedy que, em encontro gravado na Casa Branca, transscrito em Naftali (2001, p. 8), declarou: “Isso é muito dinheiro. (...) isso são 8 milhões de dólares, seria uma enorme quantidade de dinheiro em uma eleição”. Agee (1975, p. 325) calcula que o governo dos Estados Unidos gastou entre 12 e 20 milhões de dólares nas eleições brasileiras de 1962.

do instituto (SILVA, 2020, p. 443-489). A entidade tinha até mesmo um criptônimo próprio, utilizado pela agência de inteligência para se referir às organizações ou indivíduos com os quais estabelecia algum tipo de relação, incluindo apoio financeiro.¹⁹ Os mecanismos de financiamento do IBAD pela CIA mencionados por Hasslocher em suas memórias coincidem com aqueles relatados por Agee (1975, p. 376-377) que foram utilizados pela agência para arrecadar fundos para as ações contra o candidato Salvador Allende durante as eleições de 1964 no Chile. Esse tipo de atuação clandestina da CIA no que se refere ao financiamento de operações semelhantes às do IBAD também foi descrito em um livro de autoria de um ex-oficial da agência Victor Marchetti, e de um ex-funcionário do Departamento de Estado, John Marks (MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 193-194).

É conhecida a relação de militares – além de empresários, intelectuais e políticos – com o IBAD, embora existam poucas provas diretas das suas relações com o instituto. No que diz respeito a membros das forças armadas, Dreifuss (1981, p. 366-367) apresentou uma lista de oficiais da ativa e da reserva que atuaram junto à organização chefiada por Ivan Hasslocher, com base em denúncia feita por um coronel, secretário de segurança do estado de Pernambuco, veiculada em jornais no ano de 1963. Mas Dreifuss não indicou qual teria sido a origem da informação divulgada pelo militar do governo pernambucano, ou como este teria descoberto as relações destes militares com o IBAD. Salvo engano, o único militar que de fato revelou ter sido membro do IBAD foi o coronel Jurandyr Palma Cabral, que se tornaria comandante da polícia militar do Distrito Federal logo após o golpe de 1964. Em 1965, em conversa com um cônsul norte-americano, reportada ao oficial da CIA lotado na embaixada de Brasília, Timothy J. Desmond, Cabral “afirmou ter sido funcionário do IBAD, encarregado de distribuir cartazes, propaganda e material relacionado aos candidatos apoiados pelo IBAD, principalmente nas eleições de 1962”.

Por fim, entre os exemplos de militares brasileiros que mantiveram contato com oficiais da inteligência norte-americana, destaca-se o caso do general Antônio Carlos da Silva Muricy, que passou algumas temporadas

¹⁹ Conforme documento da CIA liberado em 2022, disponível no sítio eletrônico do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (NARA): <https://www.archives.gov/files/research/jfk/releases/2022/104-10315-10049.pdf> Acesso 21 janeiro 2024.

nos Estados Unidos. Em 1956, Muricy trabalhou como chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington. Um ano depois, foi nomeado adido militar adjunto na embaixada do Brasil na mesma cidade. Em entrevista ao projeto de história oral da FGV/CPDOC, o general declarou que havia conhecido Vernon Walters no período em que viveu Washington e dele se tornou amigo próximo. Na mesma entrevista, também revelou que ele e Ulhôa Cintra “passaram a conspirar juntos a partir de 1963” contra o governo Goulart (CPDOC, Entrevista, 1981). De acordo com um documento oficial da CIA, de janeiro de 1973, Muricy – que naquele momento já se encontrava na reserva – vinha repassando informações ao governo norte-americano “fielmente e com precisão por um período de mais de 27 anos”. Ou seja, desde pelo menos o ano de 1946 (Telegrama, CIA, 22/01/1973).

Assim como outros militares brasileiros que passaram temporadas nos Estados Unidos, é possível que Ulhôa Cintra e Muricy tenham se aproximado a setores da “comunidade de inteligência” norte-americana durante a sua estadia no país. Não é possível saber se ele – ou mesmo outros companheiros seus, que tiveram uma trajetória parecida – foi recrutado para atuar em colaboração com a inteligência estadunidense no período em que esteve naquele país. É possível, ou mesmo provável, que isso tenha ocorrido, considerando o histórico de atuação dos Estados Unidos em outros países latino-americanos, como no caso da preparação do golpe na Guatemala em 1954, em que foi desenvolvido um planejamento para recrutar militares guatemaltecos para trabalharem em ações contra o governo Árbenz, através do Programa K, analisado por Cullather (2006). Agee (1975, p. 79) mencionou que os militares eram “o alvo mais visado para recrutamento” para participar de ações políticas coordenadas pela agência de inteligência norte-americana, já que os militares eram considerados “árbitros definitivos nos conflitos políticos de muitos países”. Ainda que não estejam disponíveis provas sobre o recrutamento de militares brasileiros pela CIA, não deixa de ser sugestivo o contato de Muricy com a agência de inteligência norte-americana ao longo de mais de duas décadas. Portanto, não deve ter sido obra do acaso ou um arranjo de última hora que fez de Ulhôa Cintra – e outros companheiros de farda – uma peça-chave do apoio local a ações norte-americanas relacionadas ao golpe de 1964.

Conclusão

É altamente improvável que os oficiais de carreira da CIA tenham entrado em contato com indivíduos e grupos políticos que desempenharam papel importante na mobilização para o golpe de 1964 motivados apenas pelo objetivo de coletar informações sobre o que se passava nos bastidores da conspiração anti-Goulart. O levantamento de informações e a espionagem clássica eram apenas duas das diversas tarefas a cargo dos oficiais da CIA e não eram uma atribuição específica da agência de inteligência. Ao contrário, essas tarefas eram divididas com o Departamentos de Estado e de Defesa, que contavam com quadros experientes nesse tipo de trabalho atuando no Brasil. Não se esperava que os funcionários da CIA se comportassem como meros observadores da realidade local e produtores de relatórios sobre os acontecimentos brasileiros, por força da legislação que regia as ações da agência, aprovada no final da década de 1940 e fortalecida por todos os governos subsequentes até pelo menos 1964, como procuramos demonstrar acima. Encará-los como meros expectadores passivos da política brasileira faria ainda menos sentido diante do aumento das operações encobertas autorizadas pelos governos Kennedy e Johnson e do crescimento da presença de oficiais da CIA no Brasil mencionados anteriormente. Assim, a consecução dos objetivos da política exterior dos Estados Unidos no Brasil não se restringiu aos aspectos “normais” da diplomacia. As operações encobertas também faziam parte da normalidade da política exterior do país, um aspecto tradicionalmente deixado de lado na maior parte das análises sobre o tema.

Os contatos da CIA com agentes políticos brasileiros estavam de acordo, portanto, com a lógica das operações encobertas, definidas pela legislação norte-americana e aprovada pelos órgãos dos seus poderes executivo e legislativo. A criação de pontos de apoio local era fundamental para uma ação encoberta, exitosa ou não. Não há operação desse tipo que prescinda de aliados locais. Por isso, a aproximação com os atores brasileiros apontados acima – sem mencionar aqueles que ainda não conhecemos – certamente era parte de uma estratégia maior, cuja extensão e impactos ainda não sabemos. Embora faltem evidências – pela ausência de documentos liberados

sobre as ações da CIA no Brasil – para avaliar a qualidade, profundidade e efetividade das relações estabelecidas entre o governo norte-americano e militares e civis brasileiros, os elementos mencionados neste artigo, assim como o histórico de atuação dos Estados Unidos em outros países latino-americanos – especialmente na Guatemala, em Cuba e no Chile – nos permitem aventar a possibilidade de que os setores de inteligência daquele governo tenham participado das atividades de organização do grupo militar e civil que conspirou contra o governo João Goulart. É razoável, dentro dessa linha de raciocínio, especular que militares próximos aos Estados Unidos, como Ulhôa Cintra, Kruel, Mello e Muricy, cumprindo o papel de articuladores dos principais grupos envolvidos no planejamento golpista, tenham contado com apoio de seus pares norte-americanos.

Contudo, as operações encobertas, utilizadas como um instrumento para a consolidação de interesses de longo prazo da dominação norte-americana sobre um determinado país, só trazem os resultados esperados se os seus aliados locais estiverem convencidos de que a defesa da “causa americana” corresponde às suas próprias expectativas e anseios. Nesse sentido, entendemos que nenhum aliado local foi “induzido” ou “ameaçado” a fazer algo para o qual já não estivesse predisposto política e ideologicamente. Ainda assim, seria ingênuo acreditar que a influência norte-americana, através da CIA ou de qualquer outro instrumento de dominação, não tenha desempenhado um papel decisivo na conjuntura histórica brasileira daquele período. Considerando o cenário das agudas lutas de classe em curso no país no início dos anos 1960, a intervenção norte-americana fez pender a balança em favor das classes dominantes brasileiras, que desejavam conter os planos reformistas do governo Goulart, os sindicatos e organizações de esquerda e o potencial revolucionário das mobilizações populares daquele período. Os Estados Unidos eram a potência líder do capitalismo, com o exército mais poderoso do mundo, com um complexo militar-industrial-acadêmico voltado para a produção da guerra, com uma economia dinâmica cujas trocas internacionais estavam baseadas em sua própria moeda e com grande influência nos organismos internacionais e outras arenas decisórias da política mundial. A sombra do poder norte-americano em si já seria um fator relevante para a decisão de derrubar um presidente no Brasil. Mas

os elementos apontados nesse artigo indicam que esta sombra não apenas pairava simbolicamente, como se fosse um fantasma. Ela se fez presente, em carne e osso, inclusive nas altas esferas do poder no Brasil, com livre circulação, por exemplo, no Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista.

Na lógica das ações encobertas era mais importante ajudar os “locais” a realizarem as ações políticas e militares do que oferecer apoio com o desembarque de tropas estadunidenses no Brasil, algo que Kennedy não quis fazer nem em Cuba, já que isso tinha um custo político gigantesco. As ações encobertas eram potencialmente mais efetivas, embora não pudessem ser celebradas publicamente como vitórias. Ainda assim, J. C. King, o chefe do setor clandestino da CIA para a América Latina, esteve pessoalmente no Brasil, com bastante discrição, durante a “revolução” de 1964, conforme Adolf Berle Jr. (1978) registrou em seu diário. Nessa anotação feita por Berle no calor dos acontecimentos, no dia 12/05/1964, ele sentenciou: “Algum dia nós saberemos dessa história”.²⁰ Contudo, passados 61 anos do golpe de 1964, continuamos sem conhecê-la em seus detalhes.

Referências

Livros

- ANDERSON, P. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo, Boitempo, 2015.
- AGEE, P. *Dentro da Companhia*. Diário da CIA. São Paulo, Círculo do Livro, 1975.
- AMERINGER, C. D. *U.S. foreign intelligence. The secret side of American history*. Lexington, Lexington Books, 1990.
- BANDEIRA, L. A .M. *Presença dos Estados Unidos no Brasil. Dois séculos de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

²⁰ É sugestivo que os registros do dia 12/05/1964 não constam na publicação em livro do diário de Adolf Berle, intitulado *Navigating the rapids*, publicado em 1973 e editado por sua filha Beatrice. Mas os originais de seus diários estão disponíveis microfilmados na Biblioteca Presidencial Franklin D. Roosevelt, com cópias disponíveis em outras bibliotecas universitárias dos Estados Unidos. As menções ao nome de J. C. King também foram omitidas na publicação em livro de seu diário.

- _____. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964.* São Paulo, Ed. UNESP, 2010.
- BECKER, M. The CIA on Latin America. *Journal of Intelligence History*, DOI: 10.1080/16161262.2020.1826805.
- BESCHLOSS, M. R (Ed.). *Taking charge: The Johnson White House tapes, 1963-1964.* New York, Touchstone, 1997.
- CULLATHER, N. *Secret history. The CIA's declassified account of its operations in Guatemala, 1952-1954.* Stanford, Stanford University Press, 2006.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado.* Poder, ação política e golpe de classe. Petrópolis, Vozes, 1981.
- FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos.* Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2014.
- _____. *O grande irmão. Da Operação Brother aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- GRANDIN, G. *A revolução guatemalteca.* São Paulo, Ed. UNESP, 2004.
- GREEN, J.; JONES, A. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 29, nº 57, p. 67-89, 2009.
- GROSE, P. *Gentleman spy. The life of Allen Dulles.* Boston, University of Massachusetts Press, 1996.
- GUEDES, C. L. *Tinha que ser Minas.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.
- HOLLAND, Max. Private Sources of U.S. Foreign Policy. William Pawley and the 1954 Coup d'État in Guatemala. *Journal of Cold War Studies*, vol. 7, n. 4, 2005, pp. 36–73.
- HUGGINS, M. K. *Policia e política. Relações Estados Unidos/América Latina.* São Paulo, Cortez, 1998.
- HUNT, E. H. *American spy. My secret history in the CIA, Watergate, and beyond.* Hoboken, John Wiley & Sons, 2007.
- KORNBLUH, P. *The Pinochet file. A declassified dossier on atrocity and accountability.* New York, The New Press, 2013.

- KYIONAGA, B. C. *My spy*. Memoir of a CIA wife. New York, Avon books, 2000.
- LIVINGSTON, R. Diplomatic History. Operation FIBER: “Communist Coffee” and Covert Economic Warfare in Guatemala. *Diplomatic History* 00, n. 0, 2024.
- LOUREIRO, F. P. *A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964)*. Ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo, Ed. Unesp, 2020.
- MARSHALL, J. The United Fruit Lobby: Revisiting Truman’s Guatemala Policy. *Diplomatic History* 48, n. 1, 2024, pp. 102–126.
- MOTTA, R. P. S. *Passados presentes*. O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.
- MOULTON, A. C. Anti-Communist Bananas: The United Fruit Company versus the Guatemalan Revolution. *Diplomatic History* 47, n. 3, 2023, 472–500.
- NAFTALI, T., ZELIKOW, P., MAY, E. (eds.). *The presidential recordings*. John F. Kennedy. The great crises, volume one, July 30–August 1962. New York, W. W. Norton & Company, 2001.
- PAGE, J. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Record, 1972.
- PEREIRA, A. W. The U.S. Role in the 1964 Coup in Brazil: A Reassessment. *Bulletin of Latin American Research* (June 2016).
- PRADOS, J. *Safe for democracy*. The secret wars of the CIA. Chicago, Ivan R. Dee, 2006.
- PHILLIPS, D. A. *The night watch*. New York, Atheneum, 1977.
- RABE, S. *U.S. intervention in British Guiana*. A Cold War story. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2005.
- _____. *Killing zone*. The United States wages Cold War in Latin America. New York, Oxford University Press, 2016.
- ROSITZKE, H. *The CIA's secret operations*: espionage, counterespionage, and covert action. London, Routledge, 2019.

- SILVA, V. G., SCHWARZ, L. M. L. Wladimir Lodygensky: a trajetória internacional de um militante anticomunista. *Tempos Históricos*, vol. 26, n. 1 (2022), pp. 275-299.
- _____. A guerra secreta de Eisenhower na América Latina: O planejamento estratégico de uma ofensiva continental contra o comunismo e o nacionalismo (1953-1961). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 35, jan./jun., 2023, pp.259-288.
- SIMÕES, S. de D. *Deus, Pátria e Família. As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1985.
- SMITH, J. B. *Portrait of a cold warrior*. New York, G. P. Putnam's Sons, 1976.
- SPEKTOR, M. The United States and the 1964 Brazilian Military Coup. In: BEEZLEY, W. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. Oxford, Oxford University Press, 2018.
- SPOHR, M. *American way of business*. Curitiba, Appris, 2020.
- STARLING, H. *A máquina do golpe. 1964: Como foi desmontada a democracia no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, Vol. 1 (Engrenagens militares e apoio externo), 2024.
- STOUT, M. The alternate Central Intelligence Agency. John Grombach and the Pond. In: MORAN, C., STOUT, M., IORDANU, I., MADDRELL, P. (eds.). *Spy chiefs. Volume 1: Intelligence leader in the United States and United Kingdom*. Washington, DC, Georgetown University Press, 2018.
- THOMAS, E. *The very best men: the early years of the CIA*. New York, Simon & Schuster, 2006.
- TURNER, Stansfield. *Burn before reading. Presidents, CIA Directors, and secret intelligence*. New York, Hachette Books, 2005.

Outras referências (em ordem cronológica)

NSC 10/2, 18/06/1948. *Foreign Relations of United States. 1945-1950, Emergence of intelligence establishment*. Disponível em:<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945-50Intel/d292>. Acesso 13 janeiro 2024.

CIA Act, 1949. Disponível em: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP89B00552R000700070018-7.pdf>. Acesso 17 janeiro 2024.

SUSSER, M. K. “Preface”. In: KEANE, Douglas, WARNER, Michael (eds.). *The IntelligenceCommunity, 1950-1955. Foreign Relations of United States, 1950-1955*. Washington, D. C., United States Government Printing Office, 2007, p. V.

SLANY, M. Z. “Preface”. In: *Emergence of the Intelligence Establishment*. THORNE, C. Thomas, Jr., PATTERSON, David S. *Foreign Relations of United States, 1945-1950*. Washington, D. C., United States Government Printing Office, 1996.

STOLZ, R. *A Case Officer’s First Tour. Studies in Intelligence*, vol 37, n. 1. Disponível em:<https://www.cia.gov/resources/csi/studies-in-intelligence/archives/vol-37-no-1/a-case-officers-first-tour/>

Carta, Sibert para Góes Monteiro, 13/12/1951. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro, fundo Góes Monteiro). Disponível no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN): http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_sa/o/cor/a951_0544/br_rjanrio_sa_o_cor_a951_0544_doooide0001.pdf Acesso 13 janeiro 2024.

NSC 5412/2, 12/1955. *Foreign Relations of United States, 1950-1955, The intelligence community, 1950-1955*. Disponível em:<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950-55Intel/d250> Acesso 08 outubro 2024.

Memorando, Schlesinger para Kennedy, 30/06/1961. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/32910-1-arthur-schlesinger-jr-president-kennedy-cia-reorganization-secret-june-10-1961-5> Acesso 26 setembro 2025.

A Cigarra, São Paulo, janeiro de 1964. Disponível no site da Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro): <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=%22Lawrence%20Laser%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=68362> Acesso 28 dezembro 2023.

Telegrama, 27/03/1964. *Foreign Relations of United States, 1964-1968, Volume XXXI, South and Central America; Mexico*. Disponível em:<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/d187> Acesso 23 outubro 2024.

Memorando, 27/03/1965. *Foreign Relations of United States, 1964-1968, XXXIII, Organization and management of foreign policy; United Nations*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus-1964-68v33/d221#fn:1.7.4.4.16.126.145.4> Acesso 14 outubro 2024.

Niles Bond, entrevista a John W. F. Dulles, 26/11/1965. The University of Texas at Austin, University of Texas Libraries, Nettie Lee Benson Latin American Collection, John W. F. Dulles papers relating to Brazil, Interview notes and memoranda, 1961-1977, box 1, folder 12. Interviews n. 218-234. Nov 3-16, 1965 1.12.

The Adolf A. Berle Diary, 1937-1971. Hyde Park, N.Y., Franklin D. Roosevelt Library, 1978. 8 reels, 35 mm (reel 8).

Memorando CIA, 1967. “Coordination and policy approval of covert operations”, CIA, 23/02/1967. Document type: FOIA, FOIA Collection, Document number: 0000790232. Disponível em: https://www.cia.gov/readingroom/docs/DOC_0000790232.pdf Acesso 30 abril 2024.

CIA, 12/1971. General Walter Bedell Smith as director of the Central Intelligence Agency, Volume III (Reorganization pursuant to NSC 50). Disponível no sítio eletrônico da CIA:<https://www.cia.gov/readingroom/docs/general%20walter%20bedell%20smi%5B15476853%5D.pdf> Acesso 13 dezembro 2023.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Entrevista com o general Antonio Carlos Muricy, 1981. Disponível em:<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/historia-oral/intervista-biografica/antonio-carlos-muricy-i> Acesso 12 dezembro 2023.

CPDOC. Verbete Paulo Álvaro de Assumpção. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/assuncao-paulo-alvaro-de> Acesso 12 dezembro 2023.

Folha de São Paulo, “Livro mostra que Johnson soube com antecedência do golpe de 64”, 15/10/1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc151014.htm> Acesso 25 setembro 2024.

KORNBLUH, P. Brazil marks 40th anniversary of military coup. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>. Acesso 12 dezembro 2023.

GWU/NSA, Biografia do oficial da CIA Robert Reynolds. Disponível em:
<https://nsarchive2.gwu.edu/bayofpigs/delegation.html>. Acesso 16 janeiro 2024.

Obituário, “Coronavirus - Lawrence Laser: a CIA operative in Latin America for most of his life”, 01/10/2020. Disponível em: <https://www.miamiherald.com/news/coronavirus/article245463580.html> Acesso 28 dezembro 2023.

Obituário, Phyllis Mae Laser, 28/08/2021. Disponível em: <https://www.legacy.com/us/obituaries/capitalgazette/name/phyllis-laser-obituary?id=21996998>. Acesso 08/01/2024.